



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
Pregão Presencial SRP nº. 005/2021

Processo nº 2021.044.000036-9-PR

Data: 12/08/2021

Comissão	Fis.: 50
Parmanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	

## Pregão Presencial SRP nº 005/2021







**Processo nº 2021.044.000036-9-PR**

**1- PREÂMBULO**

**1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073/98175-0911**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços, COM COTA RESERVADA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o nº **005/2021**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

**1.2-** A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

**1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 08 de setembro de 2021**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

**1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

**1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**

**1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II**

**1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**

**1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**

**1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**

**1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI**

**1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII**

**1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII**

**1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

**2- DO OBJETO**





**2.1-** O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios de panificação, para atender as necessidades da Fundação Municipal da Infância e da Juventude do Município de Campos dos Goytacazes-RJ**, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

**2.2-** A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **A FMIJ não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

### **3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1-** Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**3.1.1- FICA ESTABELECIDO QUE NA PRESENTE LICITAÇÃO EXISTEM DOIS TIPOS DE ITENS: COTA RESERVADA E COTA PRINCIPAL, A SABER:**

**3.1.2- Itens definidos como Cota Reservada** - para participação de licitantes que apresentarem a Declaração de Equiparação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) – Anexo VI e que atendam as exigências do Edital, sem prejuízo de participação na Cota Principal, conforme art. 48, III da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações e o art. 56 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017.

**3.1.3- Itens definidos como Cota Principal** - de ampla participação para todos interessados que atendam as exigências do Edital.

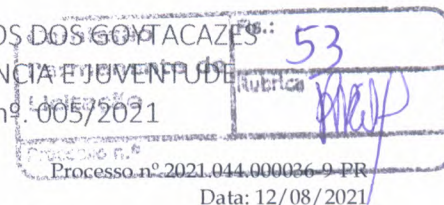
**3.1.4-** Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

**3.1.5-** Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

**3.1.6-** Equiparam-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

**3.1.7-** Deverão apresentar a **Declaração Enquadramento de ME ou EPP – Anexo VI** – o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte,





Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.1.8- A participação na Cota Reservada não impede a participação e contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Cota Principal, porém se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal de mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

3.1.9- Não havendo vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal de mesmo objeto, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

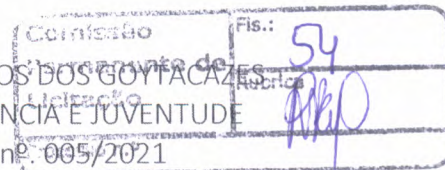
#### 4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1.1. Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI ([www.portaldoempreendedor.org.br](http://www.portaldoempreendedor.org.br));





**4.1.1-2.** Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

**4.1.2-** Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

**4.1.3-** Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

**4.2-** Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

**4.3-** As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, quando for o caso, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

**4.4-** As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.





**4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.**

## **5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP**

**5.1 -** As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

**5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".**

**5.2 -** A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

**5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.**

## **6- DA PROPOSTA**

**6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:**

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

**6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.**





6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

## 7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1-No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro





Unidade	Fis.: 57
Participante de	
Assinatura	

poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

**7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.**

**7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.**

**7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

**7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.**

**7.6.1- A análise das propostas ocorrerá observando-se os critérios de Cota Reservada e Cota Principal.**

I- Propostas apresentadas por licitantes que não apresentarem a Declaração de Equiparação de ME e EPP - Anexo VI, terão sua proposta desclassificadas nas Cotas Reservadas.

**7.6.2- Quanto da análise das propostas relativas as Cotas Reservadas posteriormente será feita a análise das Cotas Principais, podendo ocorrer as seguintes situações:**

I- O pregoeiro analisará inicialmente a proposta da Cota Reservada e em seguida o mesmo objeto pertencente a Cota Principal, a fim de averiguar as situações previstas abaixo:

a) A participação na Cota Reservada não impede a participação e contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também na Cota Principal, porém se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal de mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado e vencedor.

b) Não havendo vencedor na Cota Reservada, o licitante de melhor proposta no mesmo objeto pertencente a Cota Principal será declarado o vencedor também no objeto da Cota Reservada, pelo mesmo preço praticado. Diante de sua recusa, poderão ser declarados vencedores os licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.





7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- Na Cota principal, no caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e art. 49 a 51 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017, conforme segue:





**7.14.1** – Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's, que tenham se declarado como tal conforme anexo VI, que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

**7.14.2** – A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

**7.14.2.1** – A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/06.

**7.14.3** – Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

**7.14.4** – Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

**7.15-** O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

**7.16-** Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1.**

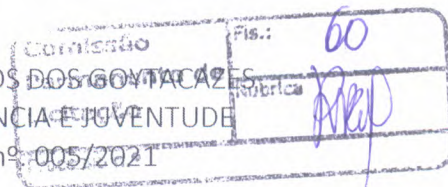
**7.17-** Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

**7.18-** Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

**7.19-** No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

**7.20-** Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.





**7.21-** Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

**7.22-** Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da PMCG, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

**7.23-** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**7.24-** O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**7.25-** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

## **8- DA HABILITAÇÃO**

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências **Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;





e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## 8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI ([www.portaldoempreendedor.org.br](http://www.portaldoempreendedor.org.br));

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

## 8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;





Certidão	Fis.: 62
Assinatura de	Rubrica

**8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;**

**8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;**

**8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;**

**8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);**

**8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.**

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

**8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.**

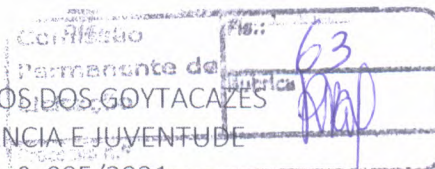
**8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.**

**8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.**

**8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**8.2.13.1 – No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de**





Processo nº 2021.044.000036-9-PR  
Data: 12/08/2021

**05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**8.2.13.2** - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

### **8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**8.3.1-** Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

**8.3.1.1** - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

**8.3.1.2-** O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

**8.3.2-** Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.





**8.3.2.1-** Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese da comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

**8.3.2.2-** Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como vencedor.

**8.3.2.3-** Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

**8.3.2.4-** Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá ao pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

**8.3.3-** Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**8.3.3.1-** Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

**8.3.3.2-** Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

**8.3.4-** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

**8.3.4.1-** Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.





#### 8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**8.4.1 – A empresa deverá apresentar os documentos solicitados no item 07 do Termo de Referência (Anexo VIII do edital), elaborado pela FMIJ.**

#### 8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**8.5.1-** Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

**8.5.1.1-** Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

**8.5.2 –** As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

#### 8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

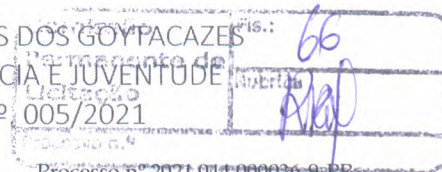
**8.6.1-** Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

#### 9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**9.1-** Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.1.1-** O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.





**9.2-** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## **10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1-** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

**10.2-** A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

**10.3-** O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

**10.4-** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**10.5-** Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

**10.6-** Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

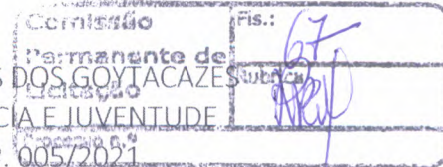
## **11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1-** A despesa correrá pelo código correspondente, relativo ao Programa de Trabalho nº 04.122.0095.2441.0000 e pela Natureza de Despesa nº 339030.

## **12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

### **12.1- PRAZO DE ENTREGA**





**12.1.1-** O prazo para entrega do objeto será diário nos Acolhimentos/Programas, conforme estipulado no subitem 4.1 do Termo de Referência (Anexo VIII do edital) elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

**12.1.2-** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pela **Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital)** ou da entrega da Nota de Empenho.

**12.1.3-** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

**12.1.4-** Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

**12.1.5-** A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

**12.1.6-** Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

## **12.2- LOCAL DE ENTREGA**

**12.2.1-** O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado nos locais indicados no item 04 do Termo de Referência (Anexo VIII do edital).

## **12.3- FORMA DE FORNECIMENTO**

**12.3.1-** O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

## **13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** - Após a homologação do resultado desta licitação, a FMS convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

**13.1.1** - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;





**13.1.2** - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

**13.1.3** - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

**13.2** - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**13.3** - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

**13.4** - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

**13.5** - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

**13.6** - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

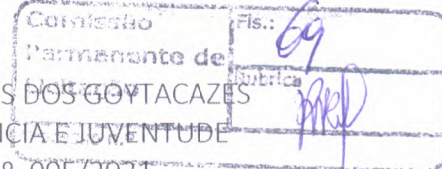
**13.7** - Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente à Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.

## **14- DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **FMIJ** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal. b

**14.1.1** - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.





## 15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.1.1 – A solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 – Pq. Santo Amaro – Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais, ou encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço [pregao@campos.rj.gov.br](mailto:pregao@campos.rj.gov.br);**

15.1.2- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

## 16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais)**.

## 17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **FMIJ** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, em até 30 dias, conforme item 10 do termo de Referência (anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a FMS, CNPJ nº 31.506.306/0001-48.

17.4- O pagamento será efetuado pela **FMIJ** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **FMIJ**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.





**17.6-** O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da Presidente da FMIJ, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

**17.7-** Caso a **FMIJ** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

**17.8-** Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **FMIJ** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

**17.8.1-** O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

**17.9-** Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

## **18- DO REAJUSTAMENTO**

**18.1 -** O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

## **19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1-** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**19.2-** É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**19.3-** O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

**19.4-** Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**19.5-** Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.





PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Pregão Presencial SRP nº 005/2021

Protocolo	71
Assinatura	[Assinatura]

Processo nº 2021.044.000036-9-PR

Data: 12/08/2021

**19.6-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

**19.7-** A FMIJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

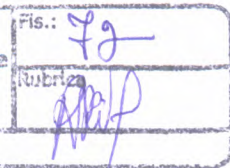
**19.8-** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 12 de agosto de 2021.

**Fabiano de Paula**

**Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude**





## Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	QUANT	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
• 1 Cota principal (art. 48, III, LC nº 123/06)	Pão Francês	138.600	Unid			
• 2 Cota reservada (art. 48, III, LC nº 123/06)	Pão Francês	46.200	Unid			
VALOR TOTAL R\$						
Valor total da proposta por extenso:						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 005/2021, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 005/2021, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

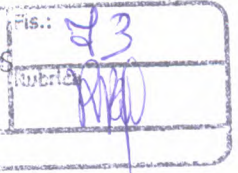
A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos.

**Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.**

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do Representante  
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo





## Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N° \_\_\_\_/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
FMIJ E A EMPRESA\_\_\_\_\_.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE com sede na av. Rui Barbosa, 553 - Lapa - Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 36.282.655/0001-47, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Presidente da **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, \_\_\_\_\_, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa \_\_\_\_\_ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2021**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2021.044.000036-9-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de produtos alimentícios de panificação, para atender as necessidades da Fundação Municipal da Infância e da Juventude do Município de Campos dos Goytacazes-RJ**, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº \_\_\_\_/2021.

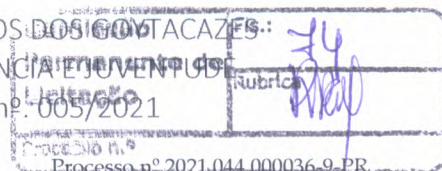
### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas

*Handwritten signature*





Data: 12/08/2021

- detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2021.044.000036-9-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

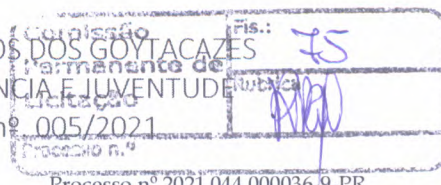
**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **005/2021**.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:**

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;





Processo nº 2021.044.000036-9-PR

Data: 12/08/2021

- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**, conforme item 10 do Termo de Referência (anexo VIII do edital).

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 04.122.0095.2441.0000 e pela Natureza de Despesa N.D. 339030, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

**Parágrafo Primeiro:** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável





conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

**Parágrafo Terceiro:** Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

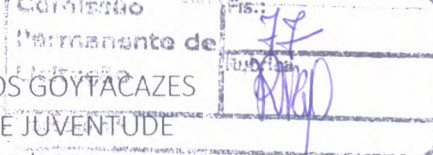
### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**Parágrafo Único.** Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;





Processo nº 2021.044.000036-9-PR  
Data: 12/08/2021

k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos produtos será diário de acordo com o item 04 do Termo do Termo de Referência, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade **Pregão SRP nº 005/2021**, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº **2021.044.000036-9-PR** que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
Pregão Presencial SRP nº. 005/2021



Processo nº 2021.044.000036-9-PR

Data: 12/08/2021

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Contratante:

\_\_\_\_\_  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Contratada:

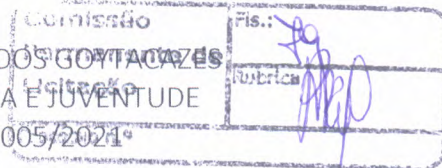
\_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





## Anexo III - Carta de Credenciamento

### (Modelo) CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) .....  
....., portador (a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF sob o nº .....  
a participar da Licitação instaurada pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude, na modalidade **PREGÃO SRP nº 005/2021**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa  
....., bem  
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa com firma reconhecida e  
carimbo da licitante





## Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 005/2021

.....

..

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o  
número....., por intermédio de seu  
representante legal o (a) Sr (a).....,  
portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº  
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art.  
27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro  
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Em .....de.....de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).





## Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

### DECLARAÇÃO

.....

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº ....., declara, sob as penas da  
Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre  
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO**  
**SRP N° 005/2021.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2021.

Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante





## Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 005/2021

.....  
.....(razão social do licitante) com  
endereço na

.....  
inscrita no CNPJ/MF sob o número ..... vem, pelo seu  
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções  
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais  
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte  
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº  
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em**  
**qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,**  
sendo considerada:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar  
Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de  
14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº  
123, de 14/12/2006.

( ) Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita  
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de  
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o  
art. 34 da Lei 11.488/07.

Em ..... de ..... de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante





## ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

Ao \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte um, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**, inscrita no CNPJ nº 36.282.655/0001-47, com sede na Av. Rui Barbosa, 553 - Lapa, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-000, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05 e nº 342/06 com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial para **Registro de Preços nº 005/2021, para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios de panificação, para atender as necessidades da Fundação Municipal da Infância e da Juventude do Município de Campos dos Goytacazes-RJ**, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de **12 (doze) meses**.

**Processo nº 2021.044.000036-9-PR**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Material	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, mediante a convocação para a assinatura do contrato.



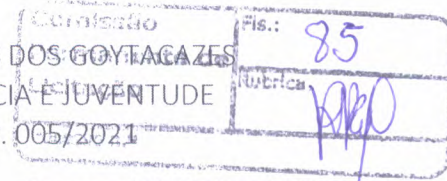


Conteúdo	Fis.: 89
Assinatura de	
Assinatura de	

Processo nº 2021.044.000036-9-PR  
Data: 12/08/2021

- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.2.1 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
2. Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente a Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.
- 2.1 A entrega deverá ser feita de acordo com o item 04 do Termo de Referência, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).
- 2.2 Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.
- 2.3 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 2.4 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias, a partir do contato feito pela **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**.
- 2.5 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 2.6 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 2.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.





Processo nº 2021.044.000036-9-PR  
Data: 12/08/2021

2.8 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

2.9 A empresa \_\_\_\_\_, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

2.10 Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

*[Handwritten signature]*

\_\_\_\_\_  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

\_\_\_\_\_  
Empresa

Testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





PREFEITURA DE

**CAMPUS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
Pregão Presencial SRP nº 005/2021

Comissão	Fis.: 86
Parlamentar de	
Assessoria	
Assessoria	

Processo nº 2021.044.000036-9-PR

Data: 12/08/2021

## ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1.0) OBJETO

O presente Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições da Lei Federal 8.666/93, com suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 65/2005, tem por objeto a futura e eventual aquisição de **PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO**, através de Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, por Sistema de Registro de Preços, seguindo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO, por um período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

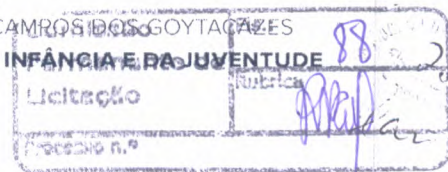
O presente Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 65/2005, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, na modalidade Pregão, por Sistema de Registro de Preços, pelo Menor Preço Unitário, visando à aquisição de **PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO**, por um período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

### 2.0) JUSTIFICATIVA

O objeto do presente, foi frustrado no processo vigente, número 2020.044.000046-0-PR, com isso, é clara a necessidade de um processo complementar, apenas com esse item, para atendimento das necessidades desta Fundação.

A aquisição de **PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO** justifica-se pela finalidade institucional da Fundação Municipal da Infância e da Juventude de prover uma alimentação adequada e de qualidade às crianças e adolescentes acolhidos pelas **UNIDADES INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTOS** (Aconchego, Cativar, Conviver, Despertar, Lara, Pequeno Jornaleiro, Portal da Infância e Renascer), assistidos pelos **PROGRAMAS** (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Esporte Cidadão, Guarda Mirim, Qualifica Jovem, Fortale-Ser e Crescer), pela **SEDE DA FMJ** (Cozinha Industrial e Curso de Gastronomia) e pelos **CONSELHOS TUTELARES** (I, II, III, IV e V), garantindo assim, o desenvolvimento e a continuidade dos serviços ofertados pela mesma.





As Unidades Institucionais de Acolhimento oferecem alimentação integral a seus acolhidos. São oferecidas, diariamente, 06 (seis) refeições, sendo que, duas destas refeições (desjejum e lanche da tarde), contemplam os gêneros alimentícios de panificação, visando à obtenção de uma dieta nutritiva, diversificada e balanceada as crianças e adolescentes.

Por sua vez, a Cozinha Industrial, situada na Sede da FMIJ é responsável por preparar bem como servir a alimentação parcial dos alunos assistidos pelos Programas, Curso de Gastronomia e Projetos desenvolvidos na FMIJ. São servidas no período matutino, 02 (duas) refeições (desjejum e almoço) e no período vespertino, também é oferecida 02 (duas) refeições (almoço e lanche da tarde). Tanto o desjejum quanto o lanche da tarde, fornecidos aos assistidos, contemplam o consumo dos produtos de panificação, uma vez que, são considerados gêneros alimentícios básicos indispensáveis à manutenção da saúde, crescimento e desenvolvimento do ser humano, principalmente, das crianças e adolescentes.

Os Conselhos Tutelares I, III, IV e V, fornecem alimentação parcial (02 refeições/dia) e o Conselho Tutelar II presta serviços de pré-acolhimento, oferecendo alimentação integral (06 refeições/dia). Algumas destas refeições mencionadas acima utilizam os respectivos produtos de panificação, objeto de aquisição deste Termo.

Portanto, pelos argumentos já explicitados acima, ratifica-se a imprescindibilidade de aquisição de **PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO**, a fim de assegurar aos usuários dos serviços ofertados pela FMIJ, uma melhor qualidade de vida.

## **2.1) JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO**

Justifica-se a estimativa do quantitativo estipulado para aquisição do objeto do presente Termo de Referência, com base nos dados cedidos pela Diretoria de Programas e Projetos da FMIJ, bem como pelas informações lavradas em Termo Técnico, elaborado pelas nutricionistas, responsáveis por definir a quantidade padrão de consumo mensal dos acolhimentos, programas e projetos, levando-se em conta o número de acolhidos/assistidos por esta Fundação. Destaca-se que, o quantitativo de usuários dos serviços ofertados pela FMIJ, possui caráter variável, haja vista, o fluxo de entrada e saída de crianças e adolescentes acolhidas/assistidas.

De posse desses dados, a equipe técnica nutricional, elabora a estimativa do quantitativo de compra dos **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO**, considerando ainda a quantidade de refeições que contém os insumos de padaria, que são fornecidas pelos





Comissão	Fis.: 89
Parlamentar de	
Licitação	

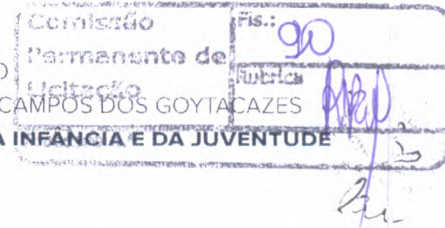
29

Acolhimentos (02 das 06 refeições/dia – desjejum e lanche da tarde), pela sede da FMIJ(Cozinha Industrial, Curso de Gastronomia, Programas e Projetos - 02 das 4 refeições/dia – desjejum e lanche da tarde), pelos Os Conselhos Tutelares I, III, IV e V (01 das 02 refeições/dia – desjejum ou lanche da tarde) e pelo Conselho Tutelar II que presta serviço de pré-acolhimento, oferecendo alimentação integral ( 02 das 06 refeições/dia – desjejum e lanche da tarde), garantindo assim, o desenvolvimento e a continuidade dos serviços ofertados pela mesma.

**3.0 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES ESTIMADAS E DESCRITIVAS DA PROPOSTA DE PREÇOS, DEFINIDO CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17 (itens exclusivos, cota reservada ou cota principal).**

ITEM	QUAN T.	LEI Nº 123/06	UND	DESCRIÇÃO
0.1	138.6 00	0.1  Cota Principa l  ( art. 48 III, LC nº 123/06)	Und.	<b>Pão francês:</b> Peso de 50g cada unidade. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas e higiênico-sanitárias adequadas, preparado com farinha trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, sal, açúcar e podendo conter outros ingredientes desde que declarados e aprovados pela ANVISA. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxico e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro.
		0.2		<b>Pão francês:</b> Peso de 50g cada unidade. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas e higiênico-sanitárias adequadas, preparado com farinha trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, sal, açúcar e podendo conter outros ingredientes desde que declarados e aprovados pela ANVISA. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor





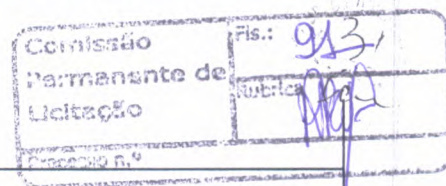
0.2	46.20 0	Cota Reserva da (art. 48III, L.C. nº 123/06)	Unid.	desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxico e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro.
-----	------------	---	-------	--

#### 4.0) DA ENTREGA DOS PRODUTOS

- 4.1) Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, nos endereços abaixo discriminados, conforme solicitação da CONTRATANTE, devendo ocorrer diariamente ou sob demanda, conforme o caso, nos seguintes locais:

LOCAIS PARA ENTREGA DE: PÃO FRÂNCES	PÃO FRANCÊS ENTREGA DIÁRIA HORÁRIO LIMITE: 6h e 30min (DA MANHÃ)	PÃO FRANCÊS ENTREGA DE: SEGUNDA A SEXTA HORÁRIO LIMITE: 7h e 30min (DA MANHÃ)
FMIJ SEDE (COZINHA INDUSTRIAL e CURSO DE GASTRONOMIA)		FMIJ SEDE (COZINHA INDUSTRIAL e CURSO DE GASTRONOMIA)
PROGRAMA FORTALE-SER		PROGRAMA FORTALE-SER
ACOLHIMENTO ACONCHEGO	ACOLHIMENTO ACONCHEGO	
ACOLHIMENTO CATIVAR	ACOLHIMENTO CATIVAR	
ACOLHIMENTO CONVIVER	ACOLHIMENTO CONVIVER	
ACOLHIMENTO DESPERTAR	ACOLHIMENTO DESPERTAR	
ACOLHIMENTO LARA	ACOLHIMENTO LARA	
ACOLHIMENTO PEQUENO	ACOLHIMENTO	





JORNALEIRO	PEQUENO JORNALEIRO	
ACOLHIMENTO PORTAL DA INFÂNCIA	ACOLHIMENTO PORTAL DA INFÂNCIA	
ACOLHIMENTO RENASCER	ACOLHIMENTO RENASCER	
UAI – UNIDADE DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA	UAI – UNIDADE DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA	

- Entrega diária nos Acolhimentos/Programas acima descritos, será do item:

- Pão Francês ( itens 0.1 e 0.2).

## 5.0) PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

5.1 – O produto será entregue de acordo com as especificações deste Termo de Referência, mediante a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela CONTRATANTE e, deverá obedecer às instruções abaixo:

5.1.1– Em se tratando de **PÃO FRANCÊS**, este deverá ser fabricado no dia e estar de acordo com as especificações exigidas. Os outros produtos deverão conter, no mínimo, 95% de sua validade a partir da fabricação. Todos os produtos deverão estar acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente, transparente e hermeticamente fechados, de forma que o produto seja entregue em sua forma íntegra.

- ✓ Nas 08 (oito) **Unidades Institucionais de Acolhimento** e na **UAI – UNIDADE DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA**, a entrega será **DIÁRIA** e deverá ser efetuada, no **HORÁRIO MÁXIMO ATÉ ÀS 6H E 30 MIN DA MANHÃ**;
- ✓ Na sede da **FMIJ (cozinha industrial)**, a entrega deverá ser efetuada de **SEGUNDA À SEXTA**, no **HORÁRIO MÁXIMO ATÉ ÀS 7H E 30 MIN**;

5.2 – O prazo para as entregas poderá ser definido de forma diversa, de acordo com os interesses da CONTRATANTE e conforme comunicação prévia à CONTRATADA;





32  
la

5.3 - A cada fornecimento é obrigatória a apresentação de recibo ou meio de controle similar onde deva constar expressamente:

- Data, hora e local da realização da entrega dos produtos;
- Quantidade dos produtos entregues;
- Assinatura do funcionário da FMIJ que, conferiu e recebeu os produtos.

Comissão	Fis.: 92
Permanente de	rubrica
Licitação	
LUGAR N.º	

## 6.0) DOS CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

6.1 - Observado o disposto nos artigos 73 a 76 o art. 73 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação cabe a cada coordenador responsável pelo seu respectivo Equipamento e ao funcionário da FMIJ responsável pela Cozinha Industrial. Os encarregados pelo recebimento dos produtos devem efetuar a conferência e o recebimento dos produtos.

## 7.0) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Além da documentação pertinente à modalidade licitatória, as empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

7.1 - Atestado (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo privado com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu produtos semelhantes ao objeto deste edital;

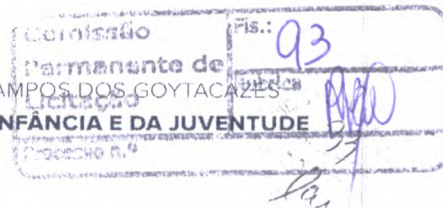
7.2 - Certificado de inspeção sanitária concedido pelos serviços de Vigilância Sanitária de seu estado ou município, devidamente dentro da validade;

7.3 - Certificado de Licença Veicular expedido pelo departamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária, habilitando o(s) veículo(s) que será utilizado na entrega dos alimentos.

## 8.0) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada deverá seguir outras obrigações de caráter geral:





**8.1** – A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/, de 1990);

**8.2** – Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse no âmbito da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, no prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

**8.3** - Os produtos deverão ser entregues livres de despesas pertinentes de frete, carga, descarga, cabendo à CONTRATADA arcar com todos os custos inerentes aos mesmos;

**8.4** - Os produtos deverão ser entregues em veículo adequado, observadas as normas de vigilância sanitária.

**8.5** - Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa com frete, ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário;

**8.6**- Caso o produto venha apresentar vícios durante sua validade, A CONTRATADA será responsável por substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**8.7** - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes que, em decorrência da entrega dos produtos, vier a causar à Fundação Municipal da Infância e da Juventude, ao Município, incluindo-se danos causados a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do produto a ser entregue, bem como da qualidade e segurança dos usuários;

**8.8** - A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado na execução do fornecimento, a legislação pertinente, especialmente as obrigações da Legislação Trabalhista, que lhe tocam por inteiro, com as quais arcará e pelas quais responderá.

**8.9** - Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.10** - A entrega do produto será executada em 03 (três) vias assinadas pelo fornecedor e pelo funcionário responsável pelo recebimento do produto, sendo que uma via ficará no local da entrega e as outras duas com A CONTRATADA, que obrigatoriamente deverá enviar





um relatório mensal para a Gerência de Compras e abastecimento da FMIJ, através do e-mail: [compras.fmij@campos.rj.gov.br](mailto:compras.fmij@campos.rj.gov.br), comunicando a quantidade fornecida e em anexo a terceira via de recebimento, devidamente assinada e datada;

**8.11** - O envio do relatório à Gerência de Compras e Abastecimento é condição imprescindível para a continuidade do contrato;

**8.12** - A CONTRATADA deverá atender fielmente aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela FMIJ, assim como obedecer rigorosamente o prazo e os locais de entrega, sob pena do não recebimento e até mesmo o cancelamento do contrato.

## **9.0) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato;

**9.2** - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

**9.3** - Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências para que procedam aos reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato.

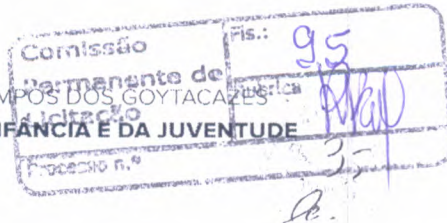
**9.4** - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93.

**9.5** - Indicar os locais e horários em que deverá ser a entrega dos produtos;

**9.6** – A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10.0) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**





Pela execução do objeto deste Termo de Referência a Fundação Municipal da Infância e da Juventude deverá pagar à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, em parcela única, após a entrega definitiva da quantidade solicitada pelo Órgão Gerenciador, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestados por dois servidores da CONTRATANTE, no prazo de 30 dias, a contar da entrega da referida nota.

#### **11.0) DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** - A CONTRATADA deverá conhecer todo o Termo de Referência disposto acima para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

**11.2** - As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

**11.3** – Unidade Gestora: 023304/Programa de Trabalho: 04.122.0095,2441.0000/Fonte de Recurso: 133/Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00.

Campos dos Goytacazes, 02 de Agosto 2021.

**Roberta Araújo Nunes**  
Gerente de Compras - FMIJ  
Matrícula: 40.864

**Gustavo Neves Viana**  
Diretor Financeiro – FMIJ  
Matrícula: 40.815